persistentes e pouco afetadas pelas pressões antrópicas; processos funcionais íntegros e pouco alterados/afetados por atividades antrópicas; estrutura trófica íntegra com presença de espécies de "topo de cadeia trófica", bem como de "grandes herbívoros";

b) Medianamente Comprometida - Paisagem parcialmente antropizada e fragmentada; pelo menos um grande bloco; conexão entre fragmentos permite dispersão da maioria das espécies; populações de espécies chave comprometidas, porém os processos funcionais encontram-se preservados; e

c) Muito Comprometida - Paisagem predominantemente antropizada; fragmentos pequenos e isolados; conexão e dispersão entre fragmentos comprometidos; totalmente influenciados pelas atividades do entorno (sem área núcleo); predadores de topo de cadeia, grandes herbívoros ou outras espécies chaves perdidas; invasão por espécies exóticas; estrutura e função comprometidas.

Este indicador será valorado conforme a tabela abaixo:

Valores IA2- Comprometimento da Paisagem	Valor
Grau de criticidade	
Pouco Comprometida	5
Medianamente Comprometida	3
Muito Comprometida	1

Para empreendimentos de grande extensão, onde provavelmente haverá interferência em paisagens em diferentes graus de comprometimento, deverá ser considerado o valor proporcional a cada trecho homogêneo. Assim, para ocorrência de diferentes graus de comprometimento em um mesmo empreendimento, o IA2 será obtido como abaixo:

$$IA2 = (\% \text{ Pouco Comprometida} \times 5 + \% \text{ Medianamente Comprometida} \times 3 + \% \text{ Muito Comprometida} \times 1) / 100$$

Como, por definição o IA2 deve ser um número inteiro, a expressão acima deve ser arredondada.

A valoração deste indicador deverá ser feita pelos técnicos responsáveis pela elaboração do estudo ambiental, a partir de seus conhecimentos prévios e das informações levantadas.

IA3 - Espécies Ameaçadas

Expressa a existência de espécies ameaçadas de extinção, fauna ou flora, na área de influência do empreendimento. Será considerada a ocorrência na área de influência do empreendimento de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, presentes na Lista Nacional das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (IN MMA 03/2003); na Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção (IN MMA 05/2004); na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (Portaria SEMA nº 37-N/1992), e na lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (COEMA - Resolução nº 54/2007)

Para a avaliação do IA Espécies Ameaçadas deverão ser considerados os seguintes aspectos: a) a ocorrência de fauna e flora ameaçada na área de influência do empreendimento; b) o tipo do impacto que o empreendimento irá acarretar sobre as espécies ameaçadas.

A valoração será realizada de acordo com a seguinte chave, aplicável tanto para as espécies da flora quanto da fauna:

O empreendimento pode causar impacto de qualquer gênero sobre as espécies ameaçadas identificadas? Não = 1; Sim = Pergunta 2

O impacto a ser causado é indireto ou direto? Indireto = 3; Direto = 5.

A distinção de impactos diretos e indiretos corresponde ao grau de comprometimento da viabilidade das populações de espécies ameaçadas na região do empreendimento em função de sua instalação. São considerados impactos diretos aqueles que afetam a população, comprometendo sua viabilidade, e indiretos aqueles que agem sobre as populações de espécies ameaçadas sem comprometer sua viabilidade na região, por exemplo, a supressão parcial do habitat da espécie ameaçada ou afastamento de indivíduos durante a instalação do empreendimento. Considera-se como valor do IA Espécies Ameaçadas o pior caso verificado.

4. Indicador Complementar - IC

Expressa a existência ou não de influência direta ou indireta do empreendimento, em áreas especialmente protegidas (federais, estaduais ou municipais) segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, MJ/FUNAI, bem como as Zonas de Conservação Propostas nas Áreas Especiais do MZEE-PA.

As categorias de áreas especialmente protegidas foram subdivididas em grupos de acordo com a dominialidade da terra (pública, concessão de uso comunitário ou misto - privado ou privado/público) e/ou grupo de proteção integral ou uso sustentável. Desta relação formou-se a seguinte composição de grupos:

Grupos	Áreas a serem consideradas como Áreas protegidas
Grupo 01	Reserva Biológica Estação Ecológica Parque Zona de Conservação de Proteção Integral proposta pelo MZEE-PA Terras indígenas
Grupo 02	Floresta Reserva da Fauna
Grupo 03	Reserva extrativista Reserva de Desenvolvimento Sustentável Terras de Quilombos
Grupo 04	Monumento Natural Reserva de Vida Silvestre
Grupo 05	Área de Proteção Ambiental Área de Relevante Interesse Ecológico Reserva Particular do Patrimônio Natural Zona de Conservação de Uso Sustentável proposta pelo MZEE-PA

Considera-se ainda neste indicador, além do grupo em que se enquadra a áreas especialmente protegidas, o impacto a ser gerado se é direto ou indireto. De acordo com estes dois critérios foi elaborada a seguinte tabela de valoração:

Grupo de UC (conforme tabela acima)	Tipo de influência em UC	
	DIRETA	INDIRETA
G1	10	5
G2	8	4
G3	6	3
G4	4	2
G5	2	1

Os valores expressos na tabela referem-se ao acréscimo a ser aplicado ao valor obtido da relação entre os IPs e os IAs, onde os valores de IC variam de 0 a 10 no cálculo do GI.

A influência direta na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação, exclusivamente conforme os termos do artigo 25 da Lei 9.985/00 é considerada como influência indireta na mesma, assumindo os valores apresentados para tal situação.

No caso de interferência em mais de uma Área Especialmente Protegida, os valores não são cumulativos, aplicando-se o pior caso.

Quando o cálculo do GI ultrapassar o seu valor máximo (1), para efeito de cálculo não será considerado o valor excedente.

Nota: para efeito do cálculo do percentual da compensação ambiental serão consideradas até quatro casas decimais, efetuando arredondamento na última casa.

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 59513
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 49635
PORTARIA: 3466**

Objetivo: REALIZAR FISCALIZAÇÃO PARA APURAR DENUNCIAS DE DESMATAMENTO ILEGAL.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94 E SEUS PARAGRAFOS.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

MOJU/PA - Brasil

SANTO ANTONIO DO TAUÁ/PA - Brasil

TOMÉ-AÇÚ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

572148171/FABIO D'ALBUQUERQUE DE ALBUQUERQUE (ENG. AGRONOMO) / 3,5 diárias (Completa) / de 06/01/2010 a 09/01/2010

32548101/JOSE ORINALDO MORAES BARRETO (AUX. TECNICO) / 3,5 diárias (Completa) / de 06/01/2010 a 09/01/2010

862071/MARINALDO ANTONIO GONÇALVES (MOTORISTA) / 3,5 diárias (Completa) / de 06/01/2010 a 09/01/2010<br

Ordenador: JOSÉ CLAUDIO MOREIRA CUNHA

CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 59695

Contrato: 109/2009

Objeto: Fornecimento de equipamentos de informática, conforme especificações do Edital

Valor Total: R\$ 2.000,00

Data Assinatura: 29/12/2009

Vigência: 29/12/2009 a 28/12/2010

Foro: Comarca de Belém, Estado do Pará

Número do Empenho: 2009NE00172

Shopping: 02/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
284866 449052 0331002103 Estadual

Contratado: HD Papelaria & Informática LTDA

Endereço: Trav. do Chaco, nº 770, Bairro Pedreira

CEP: 66085-080, Belém/PA

Telefone: 91 3083-4624

Ordenador: Aníbal Pessoa Picanço

PORTARIA Nº. 25/2010-GAB/SEMA DE 07 DE JANEIRO DE 2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 59698

O Secretário de Estado de Meio Ambiente, usando das atribuições legais que lhe são conferidas, e, Considerando o disposto no § 4º do artigo 11 da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000; Considerando o Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da referida Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas - PESAM, criado pela Lei Estadual nº. 5.982, de 25 de julho de 1996.

Parágrafo único. O Conselho mencionado neste artigo é de cunho consultivo.

Art. 2º. Compete ao Conselho do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas - PESAM:

I - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo o seu caráter participativo;

II - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

III - enviar esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

IV - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

V - opinar sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria a ser firmado com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, no caso de gestão compartilhada da unidade;

VI - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade, no caso do inciso anterior;

VII - manifestar-se, sempre que solicitado pela SEMA, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação;

VIII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade; e

IX - elaborar o seu regimento interno.

Art. 3º. O Conselho do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas - PESAM, é composto por 24 (vinte e quatro) conselheiros assim discriminados:

I - representantes do Poder Público:

a) - da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (titular e suplente);

b) - da Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia (titular e suplente);

c) - do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG (titular e suplente);

d) - da Companhia Paraense de Turismo - PARATUR (titular e suplente)

e) - da Universidade Federal do Pará - UFPA (titular e suplente)

f) - do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (titular e suplente);

II - representantes da sociedade civil:

a) - da Comunidade Santa Cruz e Ilha de Campo (titular e suplente);

b) - da Associação dos Produtores Rurais da Região do Buqueirão - ASPRORBUQ e Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tira Catinga Um - ASTICUM (titular e suplente);

c) - da Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins - AMAT (titular e suplente);

d) - do Fórum Permanente de Turismo Araguaia Tocantins (titular e suplente);

e) - da Fundação Casa da Cultura de Marabá (titular e suplente);

f) - do Instituto de Proteção e Pesquisas da Amazônia - IPEDA (titular e suplente);

Art. 4º. Os representantes do Poder Público se credenciarão como membros do Conselho e seus respectivos suplentes, por meio de ofícios de indicação da instituição que representam e os da sociedade civil mediante apresentação da ata da reunião que os indicou, cópia do Estatuto Social, cópia da atual diretoria e CNPJ.

§ 1º. A nomeação dos membros do Conselho ocorrerá por ato do titular da SEMA, a partir das indicações de que trata o artigo anterior.

§2º. O mandato do Conselheiro é considerado atividade de relevante interesse público e não é remunerado.

Art. 5º. A renovação do Conselho seguirá o disposto no inciso II do art. 321, da Constituição Estadual.